

Líderes partidários definem comando das comissões



Jane Araújo/Senado Federal

Sarney, entre os líderes partidários: reunião selou acordo para composição das comissões do Senado pelo critério da proporcionalidade partidária

Prevalece o critério da proporcionalidade por partido, como defendia o PSDB

Os líderes partidários definiram ontem que o critério da proporcionalidade por bancadas de cada partido, e não por blocos, deve prevalecer na composição das comissões temáticas do Senado. Com isso, ficará nas mãos do PSDB a disputada presidência da Comissão de Serviços de Infraestrutura. **3**

Juristas reúnem legislação europeia para atualizar CDC

Grupo concentra pesquisa nas leis sobre comércio eletrônico e superendividamento. **8**

Ministro Herman Benjamin anuncia que serão iniciadas consultas junto a setores envolvidos



J. Freitas/Senado Federal

Valadares: Brasil deve ajudar o Egito a instalar a democracia **8**

Confira a programação da TV Senado no seu celular **2**

Ministra pede pressa na votação de projetos de incentivo à pesca **2**

Aloysio alerta que "trem-bala é obra megalômana" **4**

Lindbergh e Vital do Rêgo defendem ajuste fiscal **4**

Deputados aprovam salário mínimo de R\$ 545

Projeto que fixa valor defendido pelo governo passa na Câmara e será votado no Senado na semana que vem. **5**

Emendas que aumentavam o mínimo para R\$ 560 e R\$ 600 foram rejeitadas pelos deputados



Gerardo Magalhães/Senado Federal

Ideli pede votação rápida para produção de pescado

Ministra explica a Sarney que projeto que torna mais ágil a concessão de licenças ambientais para criar peixes em cativeiro pode representar salto de produção

A MINISTRA DA Pesca e Aquicultura, Ideli Salvatti, pediu ontem ao presidente do Senado Federal, José Sarney, a rápida tramitação de projetos que podem agilizar a concessão de licenças ambientais para a produção de pescado em cativeiro, como o PLC 1/10.

Ideli explicou que a aprovação desse projeto delegaria aos estados o licenciamento ambiental, o que poderia contribuir para a

instalação de parques aquícolas em usinas hidrelétricas.

De acordo com a ministra, se for permitida a instalação de redes em tanques de usinas hidrelétricas já existentes, a produção de peixes do país poderia ser equivalente à da China, maior produtora mundial.

– Se tivermos agilidade nas licenças ambientais, rapidamente o Brasil poderá multiplicar sua produção de pescado – explicou

a ministra e ex-senadora.

Além de projetos que tratam de licenciamento ambiental, aguardam votação do Plenário do Senado o PLC 44/08 e o PLC 101/08, que instituem, respectivamente, os dias do Pescador e do Engenheiro de Pesca.

– São projetos simbólicos, esperamos que a Casa aprove rapidamente, até porque já estão no Plenário – ressaltou a ministra.



Sarney recebe a ministra Ideli Savatti (C) e a deputada Luci Choinacki

Jane Araújo/Senado Federal

TV Senado já está disponível em celulares

O presidente do Senado, José Sarney, anunciou ontem em Plenário que a programação da TV Senado já está disponível em telefones celulares – a princípio no Distrito Federal. Ele também informou que em breve serão abertos outros três canais para transmissão simultânea das reuniões das comissões. Até hoje com um canal, a TV Senado transmite apenas um evento por vez.

Sarney explicou que, assim que a multiprogramação estiver disponível, será possível escolher a que comissão assistir selecionando os canais 50.1 (principal), 50.2, 50.3 ou 50.4, captados em UHF e conversor digital. Inicialmente a subprogramação do 50.4 será cedida à TV Câmara.

Além de operar em sistema digital, a TV Senado está disponível em todo o país por cabo e em sistema UHF analógico e aberto, destacou o presidente do Senado. Também pode ser captada por meio de antenas



A TV Senado se prepara para transmitir programação simultânea por meio de três canais

Ann Volpe/Senado Federal

parabólicas e está em 11 capitais com transmissões abertas e gratuitas.

– Estamos cumprindo nossa tarefa e a nossa meta de levar

ao maior número de cidadãos brasileiros a informação correta e imparcial sobre o trabalho político e legislativo do Senado Federal – declarou José Sarney.



Moreira Mariz/Senado Federal

O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, recebeu ontem o último número da revista *Em Discussão!*, lançada terça-feira e que trata da expansão da internet em banda larga no Brasil. O tema foi debatido em audiência pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado.

Participaram do encontro com o ministro o diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs), Fernando Cesar Mesquita, e suas assessoras Virginia Galvez e Cláudia Tavares, além do diretor da Secretaria Técnica de Eletrônica (Stel), Agnaldo Scardua, do diretor do Jornal do Senado, Eduardo Leão, e do engenheiro João Carlos

Barizon. A revista pode ser lida na internet, em www.senado.gov.br/emdiscussao. No encontro, foram discutidos com Paulo Bernardo assuntos relacionados à Rádio e à TV Senado. Veja no Blog do Senado depoimento do ministro sobre os veículos de comunicação da Casa. O endereço é www.senado.gov.br/blog.

Riqueza do jatobá é destaque no programa *Sintonia Ambiental*

O jatobá é a espécie da vez na série de reportagens sobre as mais conhecidas e ameaçadas árvores nativas do Brasil que o programa *Sintonia Ambiental* vem levando ao ar pela Rádio Senado. A muda é fácil de ser produzida, mas o corte acentuado e a inexistência de projetos de replantio estão colocando em risco de extinção o jatobá.

O fruto do jatobá contém uma farinha rica em proteínas, lipídios, fibra alimentar, amido e açúcares. A resina que brota

da casca e o “vinho” que pode ser extraído do tronco têm propriedades medicinais. A madeira é de alta qualidade, com muitas utilizações na construção civil e na confecção de móveis.

O *Sintonia Ambiental* (que vai ao ar toda quinta-feira, às 7h, pelas ondas curtas, com reprise aos domingos) explica a origem do nome jatobá, as principais características da árvore e suas utilidades, além das formas de propagação dessa espécie.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão não deliberativa

14h A sessão de hoje será não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores. Entre os oradores inscritos, estão Mário Couto (PSDB-PA), João Pedro (PT-AM) e Aníbal Diniz (PT-AC).

SESSÃO ON-LINE: confira a íntegra da sessão do Senado em www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Para Sarney, frente parlamentar pode atrasar reforma política

O presidente do Senado, José Sarney, disse que a formação de uma frente parlamentar mista para discutir a reforma política, anunciada ontem por um grupo de congressistas e por entidades da sociedade civil, pode atrasar a aprovação de um projeto sobre o assunto.

– Aí se torna muito mais difícil. É uma frente com mais de cem membros, com mais 30 senadores. Nós voltaremos à estaca zero – afirmou Sarney.

O presidente também voltou a defender a necessidade

de agilidade no processo de elaboração de um anteprojeto para a reforma política.

– A minha experiência é de que devemos correr com esse assunto. Se não fizermos logo, não faremos mais – disse.

Sarney anunciou para a próxima terça-feira a instalação da Comissão de Reforma Política para elaborar um anteprojeto sobre o tema. De acordo com o senador, a comissão não excluirá a participação da sociedade civil e pode promover audiências públicas no período de 45 dias de seu funcionamento.

Randolfe defende mudanças amplas na legislação

O modelo brasileiro de democracia representativa se limita a convocar periodicamente o povo para eleger seus representantes, disse Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). Segundo o senador, o Brasil ainda não experimentou uma relação equilibrada entre o modelo representativo e a democracia direta.

– Simplesmente reformar o Código Eleitoral seria muito pouco. A primeira grande tarefa do Congresso seria garantir o efetivo exercício da democracia direta – disse.

Assim, questões essenciais para o povo, “como a legalização do aborto e a construção da hidrelétrica de Belo Monte”, seriam decididas após consulta aos interessados, sugeriu. No entender de Randolfe, a realização de plebiscitos deveria ser regra, não exceção.



Randolfe: realização de plebiscitos deveria ser regra, não exceção

Marisa: eleitores querem qualidade na representação

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) alertou para a necessidade de uma reforma política que permita a eleição de parlamentares mais comprometidos com a melhoria da qualidade de vida do brasileiro.

– O que a sociedade quer mesmo é a qualidade na sua representação, que homens e mulheres que sejam eleitos realmente o sejam para garantir a aspiração popular. Que venham a esta Casa com o sentido de representar o povo, de fazer o melhor para a sociedade brasileira – disse.

Para Marisa Serrano, é urgen-



Vanessa quer presença de senadoras na Comissão de Reforma Política

Sociedade precisa participar, diz Vanessa Grazziotin

A participação da sociedade na reforma política é imprescindível na opinião de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Para a senadora, devem ser ouvidas as sugestões de seguimentos representativos como associações civis e magistratura.

Vanessa defendeu a inclusão de representantes femininas na Comissão de Reforma Política do Senado e argumentou que partidos como PCdoB e PSOL devem ter o direito de participar desse colegiado.

A senadora comentou que a média da participação feminina em todas as esferas do Poder Legislativo é de cerca de 10%, enquanto em outras nações essa porcentagem chega a até 50%. Em apertes, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Paulo Paim (PT-RS) e Gleisi Hoffmann (PT-PR) apoiaram o pronunciamento.



Políticos devem ser comprometidos com a aspiração popular, diz Marisa

te a necessidade da reforma, sobretudo em razão da existência de “um franco desequilíbrio” entre os três Poderes. Segundo ela, a desorganização do sistema político brasileiro estaria, inclusive, contribuindo para aumentar os problemas éticos e morais no país.

As presidências das comissões temáticas permanentes do Senado serão distribuídas de acordo com o tamanho das bancadas partidárias e não dos blocos de partidos

Líderes chegam a consenso sobre cargos nas comissões

OS LÍDERES CHEGARAM a um consenso sobre as presidências das comissões. Venceu a tese da oposição, segundo a qual o critério de distribuição é o da proporcionalidade partidária, e não a dos blocos partidários.

– Temos a compreensão de que o critério deveria ser calculado por blocos. Mas é o que foi possível. Essa regra foi estabelecida pela Mesa e nos resta cumprir – afirmou o líder do PT, Humberto Costa (PE).

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), reivindicada por PT e PSDB, será presidida pelos tucanos, mas ainda não foi indicado o senador que ocupará o cargo, informou o líder Alvaro Dias (PSDB-PR). Ao DEM coube a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), mas o partido não ficou satisfeito, já que pretendia assumir a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). De acordo com o líder do DEM, José Agripino (RN), a proporcionalidade foi respeitada, mas acordo feito em Plenário, não.

– Lamentamos que um acordo político não tenha sido cumpri-

Quem comandará as 11 comissões	
Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)	
■ presidente: Eunício Oliveira (PMDB-CE)	■ vice: José Pimentel (PT-CE)
Assuntos Econômicos (CAE)	
■ presidente: Delcídio Amaral (PT-MS)	■ vice: Lobão Filho (PMDB-MA)
Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)	
■ presidente: Fernando Collor (PTB-AL)	■ vice: Cristovam Buarque (PDT-DF)
Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA)	
■ presidente: Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)	■ vice: DEM
Assuntos Sociais (CAS)	
■ presidente: DEM	■ vice: Casildo Maldaner (PMDB-SC)
Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)	
■ presidente: PT	■ vice: PT
Agricultura e Reforma Agrária (CRA)	
■ presidente: Acir Gurgacz (PDT-RO)	■ vice: Waldemir Moka (PMDB-MS)
Educação (CE)	
■ presidente: PMDB	■ vice: PSDB
Serviços de Infraestrutura (CI)	
■ presidente: PSDB	■ vice: Blairo Maggi (PR-MT)
Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT)	
■ presidente: Eduardo Braga (PMDB-AM)	■ vice: Gim Argello (PTB-DF)
Desenvolvimento Regional (CDR)	
■ presidente: Benedito de Lira (PP-AL)	■ vice: Eduardo Amorim (PSC-SE)

do, isso é um mau começo.

A presidência das demais comissões caberá aos partidos da base governista: o PT assumirá três e o PMDB, outras três.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), acredita que até a próxima terça-feira as comissões estarão formadas e

em condição de eleger os respectivos presidentes.

– Todos os partidos foram aquinhoados. Nem todos levaram o que queriam, mas houve um entendimento e uma definição para que o Senado comece a funcionar plenamente, avaliou.



Reunião de líderes confirma regra, defendida pela oposição, da proporcionalidade partidária para comando dos colegiados

Prazo para votações é suficiente, afirma Sarney

O presidente José Sarney disse ao Plenário ontem que há tempo suficiente para que os senadores analisem as matérias da ordem do dia antes de serem votadas. Segundo ele, líderes de partido haviam transmitido a reclamação de alguns senadores, para os quais o prazo para exame antes da votação seria insuficiente para uma análise profunda.

– A pauta é sempre organizada com 15 dias de antecedência, dando a oportunidade para todo senador examinar quais matérias serão colocadas em votação nesse prazo – informou, lembrando que os parlamentares recebem o material por meio eletrônico e também impresso.

Segundo ele, há três exceções para essa regra: as medidas provisórias, que podem trancar a pauta; as medidas em urgên-

cia, que são colocadas na pauta em até 48 horas; e as propostas de emenda à Constituição, que requerem quórum qualificado de 49 senadores e geralmente tratam de assuntos polêmicos.

– Nada no Senado é impro-

visado e votado na hora sem o conhecimento dos senadores. Os senhores têm 15 dias colocados na pauta do Senado para estudar as matérias que serão colocadas em votação – completou Sarney.



Sarney rebate críticas: ordem do dia é preparada com 15 dias de antecedência



Sérgio Petecão: volta ao antigo fuso

Sérgio Petecão cobra solução para horário no Acre

Sérgio Petecão (PMN-AC) cobrou o exame, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), de ofício do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a respeito do fuso horário do Acre.

O fuso do estado é de uma hora a menos em relação a Brasília, desde 2008. Em 31 de outubro de 2010, data do segundo turno das eleições, os acreanos também decidiram, em referendo, que queriam a volta do fuso horário antigo – de duas horas de diferença.



Primeira fase perto do fim, diz senador

Wellington destaca andamento de obras em porto

Wellington Dias (PT-PI) anunciou ontem que a primeira etapa das obras do cais do porto de Luis Correia, no Piauí, deverá estar concluída até o fim do ano.

Ele explicou que a continuidade da obra, paralisada há 25 anos e no qual já foram investidos R\$ 300 milhões, foi acertada em reunião mantida com o ministro da Secretaria Nacional de Portos da Presidência da República, Leônidas Cristino.

O Piauí é hoje o único estado brasileiro com acesso ao mar que ainda não dispõe de porto.



Paim defende novo aeroporto no RS

Paim: governo gaúcho apoia novo aeroporto

O senador Paulo Paim (PT-RS) informou que o governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro (PT), apoia a construção de um novo aeroporto no Rio Grande do Sul, na região do Vale do Rio dos Sinos.

Em entrevista, ao visitar a região, disse o senador, Tarso Genro teria garantido que espera apenas o 5º Comando Aéreo Regional terminar os estudos técnicos para começar negociações com o governo federal com vistas à construção.

Senador vê contradição entre a obra e o discurso de austeridade do governo Dilma. Ele afirma que, com metade do dinheiro, seria possível duplicar a malha ferroviária do país

Aloysio critica projeto de construção do trem-bala

O SENADOR ALOYSIO Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse ontem que o discurso de austeridade do governo Dilma Rousseff tem sido desmentido diariamente pelos fatos. Ele citou artigo publicado no jornal *O Globo*, em que a jornalista Miriam Leitão comenta “um dos projetos mais mirabolantes, mais megalomânicos, um dos projetos que revelam a maior irresponsabilidade na formulação de políticas públicas, que é o projeto do chamado trem de alta velocidade”.

O parlamentar assinalou que esse “é o maior projeto do PAC”, com custo previsto de cerca de R\$ 34 bilhões, e “subestimado”, segundo o que indica uma análise do Centro de Estudos da Consultoria do Senado.

Aloysio Nunes assinalou que o custo estimado para o trem equivale a duas hidrelétricas de Belo Monte; a 12 vezes o que foi investido nos aeroportos nos últimos dez anos; a mais que o dobro de todos os investimentos públicos e privados em ferrovias, de 1999 até 2011; e a oito ferrovias como a Transnordestina.

O senador lembrou que, no anúncio da obra, o governo



Aloysio Nunes propõe audiência pública para discutir a obra

assegurou que não haveria um centavo de dinheiro público investido e que o risco seria privado. No entanto, salientou, daquele total, R\$ 20 bilhões serão oriundos de empréstimo subsidiado do BNDES e R\$ 3 bilhões de aporte do capital de uma empresa a ser criada.

– Mais ainda: existe, à diferença dos empreendimentos privados, a garantia total de lucro. Porque, se porventura a demanda não corresponder àquela estimada pelo projeto, aumenta-se o subsídio do juro. Então é um negócio rigorosa-

mente de pai para filho, que já chamou a atenção do Ministério Público Federal, que conseguiu um adiamento da licitação e o aprofundamento dos estudos para a concretização desse projeto, que eu espero que não se concretize – declarou.

O senador disse que o Brasil tem 28 mil quilômetros de ferrovias e seria preciso pelo menos dobrar essa cobertura. Ele perguntou como será possível fazer isso se o dobro dos recursos necessários será consumido pelo trem-bala. Frisou que o país precisa de ferrovias convencionais e que o projeto do novo trem é contrário aos propósitos anunciados pelo governo de reduzir o endividamento público, “na contramão da necessidade da economia brasileira”.

Aloysio Nunes encaminhou um requerimento para realização de audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), convidando o diretor-executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários, Rodrigo Vilaça; o especialista em logística Paulo Fernando Fleury; e o consultor legislativo do Senado Marcos Mendes.

Lindbergh Farias rejeita críticas ao governo Lula



Lindbergh Farias

oito anos.

Lindbergh lembrou ainda que, entre 2002 e 2010, a oferta de crédito subiu para mais de 45% do produto interno bruto (PIB) – era inferior a 25% – e que as reservas internacionais saltaram de R\$ 36 bilhões para mais de R\$ 300 bilhões. No mesmo período, o governo e as estatais passaram a investir 3% do PIB – um aumento de 1,5 ponto percentual.

– Chegaram a falar neste Plenário em herança pesada do presidente Lula. E eu quero aqui trabalhar com números, porque há falsificação nesse debate – afirmou.

O senador afirmou que a dívida pública não subiu de R\$ 932 bilhões para R\$ 1,4 trilhão no governo Lula, já que esses são valores nominais e ocultam “o que interessa”: a relação dívida/PIB, que caiu de 60% para 40% nos últimos oito anos, disse. Lindbergh admitiu que houve um aumento de 2,2% das despesas primárias em relação ao PIB, mas observou que esse aumento favoreceu programas de transferência de renda, o pagamento de benefícios previdenciários e a recuperação do salário mínimo, entre outros.

O senador Mário Couto (PSDB-PA) disse que a imprensa detectou um crescimento dos gastos no governo Lula na época da campanha e afirmou ter questionado o valor do salário mínimo proposto pelo governo – R\$ 545.

Lindbergh se colocou à disposição para “discutir em cima de números”, e disse que as medidas fiscais anunciadas pelo governo foram adotadas para favorecer o controle da inflação.

Em defesa do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ressaltou que o Brasil está crescendo mais de 7% ao ano, tendo hoje o menor índice de desemprego de sua história recente (menos de 6%), com a criação de 15 milhões de empregos formais em

Vital do Rêgo nega descontrole de gastos



Vital do Rêgo

falam haver um descontrole nos gastos e, ao mesmo tempo, defendem, numa retórica demagógica, um irreal aumento do salário mínimo para R\$ 600”.

Para Vital, a “gastança desenfreada” denunciada por parlamentares opositoristas nada mais é do que “um processo racional e necessário de desempenho do papel do Estado como instrumento indutor do desenvolvimento em uma economia moderna e socialmente mais justa”.

O parlamentar observou que, ao propor um aumento do salário mínimo superior ao proposto pelo governo, a oposição omite que para cada real de acréscimo há um crescimento de R\$ 290 milhões nos gastos da Previdência Social.

Vital do Rêgo lembrou que o salário mínimo saltou de R\$ 200 em 2002 para os R\$ 545 propostos em 2011. Ele destacou que a política de valorização salarial prosseguirá de forma racional e prudente, para não prejudicar a alocação de recursos para setores como saúde, educação e saneamento. O senador também declarou que o contingenciamento de despesas anunciado é uma contribuição da política fiscal para o processo de estabilidade de preços.

– O contingenciamento está sendo adotado pela presidente Dilma de forma consciente e controlada, haja vista que preserva os investimentos considerados estratégicos para a continuidade do crescimento econômico e os gastos de natureza obrigatória, fundamentais para a redução das desigualdades e promoção de maior justiça social no país – afirmou Vital do Rêgo.



Senador defende o produtor nacional

Jayme Campos anuncia congresso sobre carne bovina

Jayme Campos (DEM-MT) anunciou em Plenário a realização em Campo Grande de um congresso internacional sobre carne bovina. O tema central do evento, que deverá ocorrer entre os dias 8 e 9 de junho, será “Carne de qualidade para todos os povos”.

Serão abordadas no congresso, informou o senador, a relevância da carne bovina para a saúde humana, a sanidade animal, a produção sustentável, o comércio justo e a evolução dos mercados interno e externo deste produto.

Segundo Jayme Campos, também estarão em debate no encontro a aplicação de mecanismos institucionais para reverter a propaganda negativa que é feita sobre a carne bovina brasileira em certos mercados estrangeiros.

– O Brasil precisa qualificar a imagem do pecuarista, mostrando ao mundo seu arrojo e seu constante aprimoramento tecnológico – disse.



Flexa Ribeiro

Flexa Ribeiro: frutas em espaços vazios da Amazônia

Para fortalecer a agricultura e, ao mesmo tempo, garantir melhorias ambientais, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) apresentou projeto de lei (PLS 08/11) que visa utilizar espaços vazios ou improdutivos da Amazônia para o plantio de árvores frutíferas.

Ele afirmou que deseja, com seu projeto, que os estados da Amazônia alcancem efetivamente o desenvolvimento sustentado. As plantações de frutas, informou, seguirão o zoneamento ecológico e econômico de cada unidade da federação.

– Não precisamos mais derrubar uma única árvore na Amazônia – afirmou, acrescentando que a proposta visa à melhoria de vida dos 23 milhões de brasileiros que vivem na região.

Segundo Flexa Ribeiro, a fruticultura é a quarta principal atividade econômica da Amazônia, atrás da exploração do minério de ferro, da madeira e da pecuária.

Deputados rejeitaram emendas da oposição que estabeleciam valores de R\$ 560 e R\$ 600, no primeiro teste do governo Dilma no Legislativo



Relator do Projeto de Lei 382/11, deputado Vicentinho de Paula defendeu valor proposto pelo governo, de R\$ 545

Gerardo Magalhães/Senado Federal

Lei para reajuste do mínimo é conquista recente

O salário mínimo surgiu no Brasil quando sindicato se escrevia com "y" – a Lei 185/36, ao instituí-lo, assegurou aos "syndicatos" e associações de classe a fiscalização do instrumento que inaugurava uma nova relação entre patrões e empregados no Brasil.

Apesar de instituído em meados da década de 1930, o mínimo só começou a valer mesmo em 1º de maio de 1940, quando o Decreto-Lei 2.162, baixado pelo então presidente, Getúlio Vargas, fixou 14 valores distintos, correspondentes a sub-regiões brasileiras.

Esses valores oscilavam entre o menor, de 120 mil réis (Maranhão e Piauí), e o máximo, de 240 mil réis (Distrito Federal, hoje município do Rio de Janeiro, então capital da República). A diferenciação permaneceu até 1984, quando o mínimo foi unificado.

A redemocratização e a Constituição de 1988 deram ao Congresso a possibilidade de interferir na política salarial, antes considerada mero apêndice da política econômica. Já a necessidade de fixar regra estável para a política de valorização do salário mínimo começou a ser discutida no Congresso em 1989.

Na falta de um entendimento que resultasse nessa lei, um acordo de 2007 entre o governo e as centrais sindicais previu o repasse da inflação do período entre as duas correções anuais, mais o aumento real pela variação do produto interno bruto (PIB) de dois anos antes. Esse pacto está em vigor até hoje. Com o PL 382/11, essa política pode ser institucionalizada.

Câmara aprova mínimo de R\$ 545. Senado vota na semana que vem

A CÂMARA APROVOU na noite de ontem o projeto de lei (PL 382/11) que estabelece o valor do salário mínimo defendido pelo governo, de R\$ 545, a partir do mês seguinte ao de publicação da lei.

A iniciativa define também uma política de reajuste anual do piso entre 2012 e 2015 com base na inflação do ano anterior mais a variação do produto interno bruto (PIB) dos dois anos anteriores.

De acordo com essa regra, o Ministério da Fazenda estima que o valor do salário mínimo alcance R\$ 616 em janeiro de 2012.

O projeto diz ainda que, nos próximos anos, o mínimo será reajustado por decreto, o

que recebeu fortes críticas da oposição.

Também à noite, foram rejeitadas a emenda do PSDB, que propunha o valor do piso salarial básico em R\$ 600, e a do DEM, fixando o mínimo em R\$ 560.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou que o projeto de lei será votado na Casa já na próxima semana.

– A base do governo entendeu a importância do salário mínimo de R\$ 545. Entendeu que esse valor significa austeridade, responsabilidade fiscal, combate à inflação e a aprovação de uma regra que vai dar ganho real para a classe trabalhadora ao longo dos próximos anos do

governo de Dilma Rousseff – afirmou Jucá.

Na opinião dele, há um consenso no Legislativo de que o começo de governo é um momento decisivo para a estabilidade econômica e que isso precisa ser assumido pela base.

Caso não seja alterado no Senado, o projeto seguirá à sanção presidencial.

Após a votação na Câmara, os esforços da base governista se voltarão para fazer a matéria ser aprovada no Senado, antes que a pauta seja ocupada por medidas provisórias capazes de bloquear a votação.

A análise do salário mínimo na Câmara foi o primeiro grande teste político da presidente Dilma Rousseff no Legislativo.

Durante toda a terça-feira, foram intensas as conversas entre partidos, governo e centrais sindicais para se chegar a um acordo. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, participou de debate no Plenário para convencer os deputados da necessidade de aprovar um mínimo que não comprometesse as contas do governo, em especial as da Previdência Social.

Atualmente, o salário mínimo é de R\$ 540 por força da Medida Provisória 516/10. Esse valor foi encontrado com base em estimativa da inflação em dezembro de 2010.

Os R\$ 545 correspondem à medição final da inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Alvaro Dias dá fórmula para chegar ao valor de R\$ 600



Alvaro enumera exemplos de como o governo pode economizar

O líder do PSDB, senador Alvaro Dias (PR), apresentou a fórmula de seu partido para encontrar os recursos necessários para elevar o salário mínimo a R\$ 600. Ele afirmou que, para cada real a mais no salário, os gastos públicos aumentam R\$ 300 milhões.

A diferença entre o salário mínimo proposto pelo governo – R\$ 545 – e os R\$ 600 propostos pelo PSDB é de R\$ 55. O aumento do gasto público seria, então, de R\$ 16,5 bilhões. De acordo com Alvaro Dias, o governo federal omite receitas de R\$ 24 bilhões. O senador afirmou ainda que outros R\$ 11,5 bilhões poderiam ser conseguidos por meio da redução de despesas, sem afetar programas sociais e investimentos. Algumas despesas correntes, para ele, poderiam facilmente retornar aos níveis de gastos de 2008.

Entre os exemplos de corte de despesas possíveis, o senador citou a diminuição dos "astronômicos dispêndios" do Banco Central para acumular reservas em dólar; a revisão de custos de obras grandiosas, como o trem-bala; a redução de custos financeiros dos subsídios dos créditos concedidos pelo BNDES; entre outras.

Mário Couto sugere que eleitor acompanhe votação



Mário Couto: chance de ver quem é mascarado e quem não é

“É importante que cada brasileiro e brasileira fique atento e verifique quem realmente está ao lado do trabalhador”, recomendou ontem o senador Mário Couto (PSDB-PA), citando a votação do salário mínimo no Plenário da Câmara. Ele sugeriu aos eleitores que

pressionem por um salário maior não apenas os deputados federais, mas também os senadores, que votarão a matéria em seguida.

Mário Couto defendeu a necessidade de as votações com relação ao salário mínimo serem nominais, para que a população possa conhecer como se posicionou cada um de seus representantes. Mário Couto opinou que é durante as votações importantes que o eleitor pode perceber quem realmente está defendendo no Parlamento.

– Essa é a chance de ver quem é mascarado e quem não é, quem mente e quem fala a verdade.

Marta: proposta da oposição reduziria investimentos



Segundo Marta Suplicy, mínimo de R\$ 600 geraria mais inflação

Marta Suplicy (PT-SP) posicionou-se contra a proposta da oposição de elevar o valor do salário mínimo para R\$ 600.

Baseando-se em dados da Confederação Nacional de Municípios, a senadora afirmou que esse valor representaria um aumento de R\$ 3,4 bilhões no gasto com pessoal das prefeituras, levando 10,8% dos municípios ao imediato desen-

quadramento na Lei de Responsabilidade Fiscal. Levaria também, segundo Marta, a um aumento permanente dos gastos públicos cerca de duas vezes maior que o impacto causado pelos R\$ 545 defendidos pelo governo.

– O valor defendido pela oposição terá, pela via fiscal, efeitos drásticos ao reduzir o orçamento do governo federal para realizar investimentos e ampliar ações e programas sociais. Serão prejudicados projetos de infraestrutura e a geração de emprego e renda, afetando o bem-estar do trabalhador e de sua família – alertou.

A senadora argumentou ainda que o salário mínimo de R\$ 600 gerará mais inflação na economia brasileira, corroendo significativamente o valor real do ganho do trabalhador ao longo do ano.

Senadora estreia no Plenário com um discurso que antecipa suas principais bandeiras políticas, entre elas a luta por uma maior participação popular no processo eleitoral

Combate ao preconceito será prioridade de Lídice

“PRETENDO REPRESENTAR OS negros e brancos, filhos e filhas dos orixás, os católicos, os evangélicos, os sem credo e os de todos os credos, todos os baianos de todas as cores e todos os santos”, definiu ontem Lídice da Mata (PSB-BA), em seu primeiro discurso como senadora.

Ela falou sobre sua trajetória política e traçou um esboço de como pretende exercer o mandato. Declarou, por exemplo, que combaterá todas as formas de preconceito, seja por cor, credo, gênero ou orientação sexual.

A senadora antecipou que, quando a reforma política estiver sendo debatida no Senado, defenderá medidas que fortaleçam a democracia e ampliem a participação popular e cidadã no poder político. Lídice da Mata acrescentou que proporá um maior controle da população sobre a gestão da coisa pública e combaterá a interferência do poder econômico no processo eleitoral.

Na reforma tributária, prosseguiu Lídice da Mata, lutará por uma distribuição mais equânime dos recursos públicos entre os



Fotos de Waldemir Barreto/Senado Federal

Lídice anuncia apoio à reforma tributária e à luta pelos direitos da mulher

entes federados e também pela desoneração dos salários e do consumo popular. Ela revelou que votará pela taxa sobre as grandes fortunas e propriedades e trabalhará para encontrar soluções para problemas como o financiamento e o gerenciamento mais eficiente do Sistema Único de Saúde (SUS).

– Serei a voz da mulher na luta pela igualdade dos seus direitos, pelo fim da violência doméstica e da desigualdade de nossos salários. Apoiarei decisivamente

a política da presidenta Dilma Rousseff pela construção de milhares de novas creches, capazes de oferecer segurança e um crescimento saudável aos filhos da mãe trabalhadora – afirmou Lídice da Mata.

Em aparte, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que o Senado ganhou em trabalho, heroísmo e idealismo com a eleição de Lídice, cuja carreira política “sempre foi pautada na luta em favor do social, no critério ético e na conduta honesta”.

Ana Amélia: urgência para projeto sobre aposentadoria especial

A senadora Ana Amélia (PP-RS) informou ter conseguido o apoio de líderes partidários para que seja votado com prioridade o projeto que autoriza a criação de aposentadoria especial para pessoas com graus variados de deficiência. Ela disse ter recebido telefonema do ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, “um pouco preocupado” sobre o impacto do projeto nas contas da Previdência.

Apesar disso, Ana Amélia disse que não pretende retirar sua assinatura do pedido de prioridade para a votação, mas vai esperar que os técnicos do governo apresentem números sobre o impacto do projeto (PLC 40/10 – Complementar) ou uma proposta alternativa.

A matéria, que já foi examinada pelas comissões e está pronta para votação em Plenário, estabelece tempo de contribuição



Senadora diz que vai esperar números do governo sobre impacto da proposta

diferenciado em função do grau de deficiência dos trabalhadores do setor privado: 30 anos para homens e 25 para mulheres com deficiência leve; 27 para homem e 22 para mulher com deficiência moderada; e, em caso de deficiência severa, 25 anos se o trabalhador for homem, e 20 anos, se for mulher.

Dedução no IR para remédios controlados

Despesas com o uso de medicamentos controlados poderão passar a ser deduzidas do Imposto de Renda devido pelas pessoas físicas. Esse é o primeiro projeto de lei (PLS 12/11) do senador Ciro Nogueira (PP-PI) e tramitará pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE), à qual caberá tomar decisão terminativa.

O projeto inclui os gastos com medicamentos controlados entre os pagamentos dedutíveis do Imposto de Renda devido, que precisam, entretanto, estar especificados e comprovados por meio de receita médica e nota fiscal. Ciro Nogueira se ampara no artigo 196 da Constituição federal, que coloca a saúde como direito de todos e dever do Estado, para justificar a apresentação do projeto.

Pimentel aponta ensino técnico como redutor de desigualdades

A política de ampliação da rede de ensino técnico, iniciada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e uma das bandeiras da atual presidente, Dilma Rousseff, é um dos fatores decisivos na redução das desigualdades regionais, afirmou ontem o senador José Pimentel (PT-CE).

O senador se referiu especialmente às escolas implantadas ou em fase de implantação no Nordeste, principalmente no Ceará, onde 128 institutos de ensino técnico profissionalizante estão sendo construídos,

e 59 começaram a funcionar em 2010.

A expectativa, segundo o senador, é que até 2012 cerca de 12 mil jovens estejam qualificados para assumir os bons empregos que o Nordeste terá para oferecer.

– Obras como a Transnordestina e a implantação da rede de siderurgia, que por sua vez viabilizarão a estrutura para uma série de microempresas, vão exigir a formação de mão de obra especializada. Nesse sentido, a rede de escolas técnicas será decisiva – disse.



Senador diz que formação especializada é crucial em obras de infraestrutura

Programa pode atender milhões de alunos em tempo integral

Pelo menos 3 milhões de novos alunos poderão ser matriculados anualmente em escolas de horário integral, cujos professores, selecionados por meio de concurso público nacional, terão bons salários e dedicação exclusiva. Esse é o objetivo do projeto de lei do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) em tramitação na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

A proposta, que já tem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e aguarda a indicação de novo relator na CE, estabelece o Programa Federal de Educação Integral de Qualidade para Todos, a ser implantado em escolas estaduais, municipais e do Distrito Federal (DF). O projeto autoriza ainda o Executivo a criar a Carreira Nacional do Magistério da Educação de Base. O programa, de acordo com a proposta, será implantado por cidades, sob

supervisão do Ministério da Educação e com a colaboração dos governos locais – do DF, estado ou município onde se localize a escola. Deverá ainda incluir ao menos 3 milhões de alunos por ano, concentrados nas cidades escolhidas para abrigar o programa.

Essas cidades oferecerão horário integral em todo o seu sistema escolar e os meios para a modernização dos equipamentos pedagógicos e das edificações. As escolas das cidades participantes serão administradas de forma descentralizada, sob a coordenação de prefeitos ou governadores.

O ingresso na carreira nacional ocorrerá por meio de concurso público nacional e o plano de cargos e salários da carreira será o mesmo adotado pelo Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro. Com isso, o salário médio do magistério subiria dos atuais R\$ 1,3 mil para R\$ 4 mil, ressalta Cristovam na justificativa do projeto.

Já aprovada pela CCI, proposta de Cristovam Buarque está em exame na CE

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cicero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Pedro Taques • Ricardo Ferraço • Vanessa Grazziotin • Rodrigo Rollemberg • Paulo Davim • Marta Suplicy • Wilson Santiago

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sylvio Burle

Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Projeto inclui outras provas de embriaguez, além do bafômetro



Ricardo Ferraço

O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) defendeu mudança no Código de Trânsito Brasileiro para admitir, além do teste do bafômetro, novas provas para o crime de dirigir alcoolizado. O senador apresentou projeto para determinar que, em caso de recusa do motorista supostamente embriagado em fazer o teste do bafômetro, todas as demais provas lícitas admitidas em direito passariam a ser válidas para sustentar a constatação de sinais de embriaguez, excitação ou torpor.

Ferraço afirmou que o projeto foi motivado por decisão, em 2010, da 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que concedeu *habeas corpus* para trancar ação penal contra motorista que se recusou a fazer o exame do bafômetro. A proposta baseou-se em consulta pública com a participação de vários Detrans, especialistas e técnicos da área.

Paulo Bauer afirma prioridade para estado de Santa Catarina



Paulo Bauer

O senador Paulo Bauer (PSDB-SC) agradeceu os mais de 1,5 milhão de votos recebidos nas eleições e afirmou que dedicará seu mandato aos interesses do estado de Santa Catarina.

Ele fez um retrospecto de sua carreira política, desde a fase de líder estudantil, passando pela direção e presidência de estatais e mandatos como deputado estadual, deputado federal por quatro vezes, secretário estadual de Educação e vice-governador de Santa Catarina.

Entre as prioridades do mandato, Bauer citou a valorização da educação e o aperfeiçoamento da infraestrutura de seu estado, como a melhoria do aeroporto de Florianópolis e a duplicação de rodovias federais.

– Também pretendo discutir propostas de redução da carga tributária – anunciou.

Santiago critica alto preços das passagens aéreas para a Paraíba



Wilson Santiago

Wilson Santiago (PMDB-PB) apelou às instituições responsáveis pela fiscalização do setor aéreo para que tomem providências no sentido de acabar com o monopólio das empresas que atuam na Paraíba.

Para o senador, enquanto nos grandes centros a concorrência derruba o preço das passagens, as poucas empresas que atuam em seu estado cobram a tarifa cheia pelos bilhetes, além de colocarem poucos voos à disposição.

– Isso prejudica a economia, o desenvolvimento do nosso turismo. Além disso, pesa muito no bolso do cidadão, que não aguenta – disse o senador.

Senador diz que texto do Código Florestal em exame na Câmara procura dar “certo ar de normalidade” à agressão ambiental das últimas décadas

Paulo Davim: propostas da reforma do código são danosas ao ambiente

PAULO DAVIM (PV-RN) lamentou, em discurso, que o produtor rural brasileiro não perceba que suas “velhas práticas agrícolas” o estão colocando em “uma situação de bolha”, pois, ao acreditar que os recursos naturais são eternos, insiste no desmatamento e na ocupação desordenada do solo como forma única de ampliar a produção.

– Neste momento, a sociedade brasileira assiste, com certa incredulidade, à enorme pressão com que se tenta aprovar uma reforma do Código Florestal. As propostas que se pretendem implantar são sabidamente danosas, contrárias mesmo ao objetivo maior de uma legislação desse tipo, que seria o de dar equilíbrio de longo prazo ao uso de recursos naturais notoriamente finitos – alertou.

De acordo com Paulo Davim, o Projeto de Lei 1.876/99 (reforma do Código Florestal), que tramita na Câmara, traz medidas destinadas a dar “certo ar de normalidade à agressão sofrida pelo meio ambiente nas últimas décadas”. Ele lembrou que desde o primeiro Código Florestal (1934) é proibido o desmatamento total de propriedades e que a exigência de terreno protegido vem crescendo.

– Esse recrudescimento da legislação, que é um fenômeno mundial, resultante da luta em torno das questões ambientais,



Paulo Davim lembra que desde 1934 é proibido o desmatamento total de propriedades no Brasil

ensejou a reação de setores ruralistas que buscam inviabilizar a aplicação do Código Florestal atualmente regido na forma da Medida Provisória 2.166/01.

Em aparte, João Pedro (PT-AM) disse que o Congresso Nacional precisa refletir sobre todo o processo produtivo no país. Jorge Viana (PT-AC) afirmou que o Senado deveria criar uma comissão para discutir soluções objetivas, no que foi apoiado por Casildo Maldaner (PMDB-SC). Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou que é possível encontrar um equilíbrio entre produção e preservação.

Marinor quer CPI do tráfico de pessoas

Marinor Brito (PSOL-PA) propôs a criação de uma CPI mista para investigar o tráfico de pessoas, que, de acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU), faz 4 milhões de vítimas a cada ano.

A senadora citou também pesquisa da Organização dos Estados Americanos (OEA) segundo a qual há no Brasil 240 rotas de tráfico de crianças, adolescentes e mulheres. Outra pesquisa citada por ela, feita pela Universidade de Brasília (UnB), apontou 930 cidades com focos de tráfico de pessoas, atividade que



Marinor Brito

movimenta US\$ 32 bilhões por ano no mundo. Os principais destinos internacionais são Portugal, Itália, Suíça, Espanha e países limítrofes ao Brasil. O tráfico é feito principalmente para exploração sexual, tráfico de drogas, trabalho escravo, venda de crianças e comercialização de órgãos humanos.

O Brasil também é receptor de pessoas traficadas, provenientes de países latino-americanos, africanos e asiáticos, principalmente para o trabalho escravo em indústrias clandestinas, informou Marinor.

Mozarildo registra novas denúncias contra governador de Roraima



Mozarildo Cavalcanti

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) comunicou ter recebido novas denúncias contra o governador de Roraima, José de Anchieta Júnior.

Em 11 de fevereiro, Anchieta, do PSDB, teve seu diploma de governador cassado, acusado de uso irregular da rádio estatal durante campanha. Mas, no dia 14, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) concedeu liminar para que ele permaneça no cargo até o mérito do processo ser julgado.

As novas denúncias, segundo Mozarildo, são de que o governador estaria extorquindo empresários para pagar advogados e “dar dinheiro a ministros do TSE”. O senador disse duvidar que os magistrados aceitem “esse tipo de coisa”, mas enviará as denúncias à Procuradoria Geral da República, à PF e ao TSE.

Gilvam diz não ter vergonha de pedir ao governo pelo Amapá

Gilvam Borges (PMDB-AP) disse não ter vergonha de “chorar, gritar, espernear e protestar” em favor do Amapá e de sua população. Ele lembrou que, há alguns meses, estava entrando em um ministério quando



Gilvam Borges

ouviu o comentário de um colega senador: “Lá vai Gilvam de pires na mão”.

– O comentário não me constrangeu, ao contrário, me encheu de orgulho. Estava, sim, e muitas vezes estarei de novo, com o pires na mão, sempre que isso significar brigar pelo quinhão a que o Amapá tem direito. Não tenho vergonha de pedir se for pelo Amapá – disse Gilvam, acrescentando que costuma percorrer os ministérios para levar reivindicações de prefeitos, líderes comunitários e da população.

Cassol trabalhará por novo pacto federativo e pequenos negócios

O senador Ivo Cassol (PP-RO) estreou na tribuna do Senado anunciando que trabalhará por um novo pacto federativo e pela superação de gargalos que vêm dificultando o fortalecimento do setor produtivo.



Ivo Cassol

Ele também disse que defenderá os pequenos e médios produtores rurais e as micro e pequenas empresas, incentivando as indústrias a se instalarem nos estados onde a matéria-prima é produzida, aproveitando as potencialidades regionais, agregando valor e mão de obra e evitando a guerra fiscal entre as unidades da Federação.

Cassol defendeu a desburocratização da administração pública como uma forma de acelerar a execução dos projetos, anunciou apoio ao governo federal e colocou-se à disposição da presidente Dilma Rousseff para lutar pela aprovação de propostas e programas de interesse da União. Ele disse concordar com os cortes anunciados no Orçamento de 2011.

O senador sugeriu à presidente que aumente a fiscalização nas fronteiras para evitar a entrada de contrabando, drogas e armas. Para isso, propôs o uso permanente do Exército no policiamento das fronteiras.

O senador prometeu trabalhar em conjunto com a bancada do estado pela transposição dos servidores do exterritório de Rondônia para os quadros do funcionalismo público federal.

Aposentado pode ganhar adicional se continuar em atividade

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu ontem o pagamento de um adicional aos aposentados que, tendo continuado a trabalhar e a contribuir com a Previdência, finalmente cessarem suas atividades. “O



Casildo Maldaner

corpo não ajuda mais, e aí ele para de trabalhar”, disse o senador, lembrando que nesse caso só restará ao aposentado sobreviver com o baixo valor do benefício. A solução, para Casildo Maldaner, seria esse adicional, cujo valor seria uma média ponderada referente ao tempo de serviço nas atividades profissionais desenvolvidas após a aposentadoria.

Ele explicou que trabalha na formulação da proposta, para apresentá-la como projeto de lei. Além disso, prometeu conversar sobre o assunto com o ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho. “Temos que encontrar uma fórmula”, disse.

Ele observou que há milhares de trabalhadores que poderiam continuar em atividade, motivados também por esse valor a ser agregado à aposentadoria. Essas pessoas, observou, ainda dispõem de boa saúde e podem reforçar o orçamento familiar.

“Há pessoas que ainda têm condições de exercer a função, de agregar alguma coisa para sustentar a si, à sua família, a seus dependentes”, avaliou Maldaner. Ele entende que o aposentado pode contribuir com mais um tempo de INSS e fazer uma média ponderada para agregar o valor ao que vinha ganhando.



Comissão de juristas realizou ontem a segunda reunião, presidida pelo ministro do STJ Herman Benjamin (E)

Comissão estuda leis da Europa para modernizar CDC

Juristas incumbidos de propor atualização do Código de Defesa do Consumidor, que completou 20 anos, buscam regras para comércio eletrônico e superendividamento

A COMISSÃO DE juristas que trabalha na atualização do Código de Defesa do Consumidor (CDC) dedicou sua segunda reunião, ontem, aos primeiros estudos sobre a legislação aplicada em outros países para regular o comércio eletrônico e ainda para evitar o superendividamento dos consumidores.

Na instalação da comissão, em dezembro passado, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin, que preside a comissão, havia adiantado que esses seriam os temas mais importantes da agenda de modernização do código.

– No caso do superendividamento, a União Europeia e a França avançaram muito nos últimos dez anos e, portanto, temos hoje uma referência legislativa que pode ser útil. Um ponto de partida, eu enfatizo, para as

eventuais propostas de atualização do CDC – comentou.

Herman Benjamin lembrou ontem que a comissão havia traçado o cronograma de trabalho, a forma de atuação e os temas a serem abordados. Ficou ainda decidido que haverá reuniões com os setores interessados, tanto instituições de defesa do consumidor quanto representantes empresariais.

– A partir de agora começa o exercício, que não é fácil, de verificar que atualizações podem ser feitas no CDC, mantendo o compromisso do presidente do Senado, José Sarney, de em nenhum momento reduzir direitos previstos no código e sim ampliá-los, com muita responsabilidade e levando em conta a experiência dos outros países – disse.

O ministro do STJ ressaltou

que, em matéria de Direito do Consumidor, o Brasil tem pouco a aprender com outros países. Ao contrário, conforme assinalou, o código (Lei 8.078/90) vem servindo de modelo para países de línguas latinas, Ásia, África e da própria Europa, quando estes atualizaram suas legislações. Quanto ao comércio eletrônico, ele disse que a experiência internacional também é escassa.

– Os países, neste momento, ainda estão numa fase inicial de modificações legislativas – observou.

Além de Benjamin, integram a comissão a professora Claudia Lima Marques (que participou da elaboração do atual código e agora está atuando como relatora) e os juristas Ada Pellegrini Grinover, Leonardo Roscoe Bessa e Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer.

Plenário devolve projeto sobre peças à CCJ

O Plenário devolveu ontem à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o projeto de lei da Câmara (PLC 143/08) que altera o CDC para incluir, como infração penal, a substituição ou retirada de peças e componentes de produtos sem autorização do consumidor. A pena prevista para esse tipo de infração é detenção de três meses a um ano e multa.

O requerimento para reexame pela comissão foi apresentado pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR). Segundo o senador, uma nova análise se faz necessária “à luz de novas alterações introduzidas recentemente no código”.

O texto final do PLC altera o artigo 70 do Código de Defesa do Consumidor. Por esse artigo, está prevista pena de

detenção de três meses a um ano e multa para quem usar peça ou componentes de reposição usados na reparação de produtos sem autorização do consumidor. O PLC acrescentou parágrafo único para determinar que, incorrerá nas mesmas penas, quem substituir ou retirar peças e componentes de produtos sem autorização do consumidor.

Dornelles: quebra de sigilo pela Anatel é ilegal

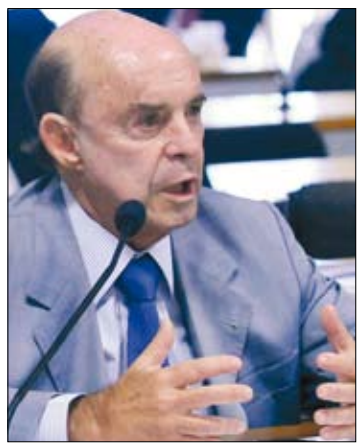
A intenção da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) de instalar um sistema de fiscalização remoto para ter acesso a informações sobre todas as chamadas telefônicas feitas ou recebidas pelos cidadãos foi avaliada como inconstitucional pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ). O procedimento, explicou, fere o inciso XII do artigo 5º da Constituição, que estabelece a inviolabilidade do sigilo das comunicações telefônicas.

O argumento da Anatel de que o acesso às informações será feito para combater abusos contra o consumidor não se sustenta, na opinião do senador.

– A Anatel terá de encontrar outra forma de exercer com

eficiência a sua função e tratar de fazer o seu trabalho sem violar direitos fundamentais dos cidadãos – recomendou.

O fato, continuou o senador,



Senador também rechaçou proposta de uma regulação para as comunicações

“é uma inequívoca demonstração da fragilidade à qual a sociedade brasileira está exposta, diante de arbitrariedades de um órgão que tem a atribuição de regular um serviço de utilidade pública e proteger os consumidores”.

Francisco Dornelles também repudiou a proposta do ex-ministro Franklin Martins, da Comunicação Social, de estabelecer um marco regulatório da comunicação.

– Não é papel do Estado escolher o que o cidadão vai assistir, ouvir ou ler no jornal, na internet, na televisão e no rádio. Esse tipo de interferência é uma das características típicas de governos autoritários e inseguros de suas ações – opinou.

Valadares diz esperar que o Egito se torne uma democracia

A situação do Egito – cujo presidente, Mohammed Hosni Mubarak, renunciou recentemente após intensas pressão popular – tem levantado no PSB “aflitas indagações sobre seus desdobramentos”, segundo Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). O senador pediu que o Brasil, “com o peso que já tem na diplomacia internacional”, apoie todas as iniciativas para que aquele país se torne uma democracia.

O líder do PSB afirmou que o povo brasileiro se associa ao egípcio na celebração do fim da ditadura de Mubarak, “que governava o país com mão de ferro há mais de 30 anos”. O senador afirmou que apenas 17% dos egípcios são simpáticos aos Estados Unidos e que a organização Irmandade Muçulmana já defende a realização de um plebiscito para revalidar acordo de paz assinado há 30 anos com Israel.

Valadares lembrou que entre Egito e Israel está “a

turbulenta” Faixa de Gaza, cuja fronteira é fechada em ambos os lados. Se aberta do lado egípcio, permitirá a entrada na Faixa de Gaza de armamentos modernos que podem levar à desestabilização da região, disse o senador.

Petróleo

No Egito está também o Canal de Suez, por onde passa boa parte do petróleo oriundo do Oriente Médio e consumido nos países ocidentais. O senador afirmou que o preço do barril de petróleo já alcançou US\$ 100 e pode subir mais, com o incremento das turbulências na região. Ele lembrou ainda que o Egito fornece 40% do gás consumido em Israel.

O senador disse esperar que o general Suleiman, que assumiu temporariamente o comando do país, tenha condições políticas de administrar o Egito até poder convocar eleições presidenciais “no prazo mais rápido possível”.



Brasileiros se associam aos egípcios para celebrar, diz Valadares

Suplicy relata experiência de renda mínima na Namíbia

Ao fazer um relato de viagens que fez durante os últimos dois meses a vários países, onde participou de seminários sobre renda mínima, representando o Senado, Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ter ficado impressionado com uma experiência na vila de Otjivero, na Namíbia, África. Ali cada morador recebe, desde 2007, cerca de R\$ 22 por mês, de doações conseguidas

dos estudantes à escola e na qualidade de vida dos moradores.

– Até a criminalidade caiu 42% – disse o senador, que visitou a vila no início deste mês.

Suplicy informou ainda ter participado de seminários e reuniões sobre redistribuição de renda na Bélgica e no Marrocos.

Em Belém, Cisjordânia, Suplicy jantou com o presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas, e ouviu “o quanto são gratos ao governo brasileiro por ter reconhecido a área da Palestina de antes da guerra e da ocupação militar por Israel, em 1963”.

O resultado, nas palavras do senador, foi “quase um milagre”, pois as pessoas começaram a empreender e a produzir, o que se refletiu na nutrição das crianças, no rendimento e na frequência



Suplicy relata ao Plenário sua viagem de dois meses por vários países